

O ESPAÇO URBANO COMO LUGAR DE MEMÓRIA: INVESTIGANDO A CONFLUÊNCIA DA MATERIALIDADE, ESPACIALIDADE E AFETIVIDADE NA CONSTRUÇÃO MINEMÔNICA PELAS COLETIVIDADES QUE O HABITAM.

Thiago Souza Silva ¹
Nádia Sampaio ²
Luciana Araújo dos Reis ³
Elton Moreira Quadros ⁴

RESUMO

Esta investigação científica, de natureza bibliográfica, tem por finalidade refletir sobre o espaço urbano, enquanto território onde se fundamentam os sistemas materiais e imateriais da memória, sendo, por excelência, o lugar por onde circulam os fenômenos mnemônicos constituídos coletivamente. Assim, verificaram-se as conexões existentes entre os lugares e as lembranças. Explorar o contexto urbano, pelo prisma da memória, implica em extrapolar a história oficial, configurando-se, pois, numa forma de compreender as interações operacionalizadas no local habitado, que é impregnado de semânticas e representações convencionadas socialmente. Demonstrou-se, evidentemente, a consolidação interdependente que há entre a memória e o lugar, e como este fenômeno condiciona a manutenção dos grupos sociais. Para efetivar esta interlocução, aplicaram-se as contribuições referenciadas em Maurice Halbwachs, sociólogo francês que introduziu as abordagens atinentes aos quadros sociais da memória, em consonância com as disposições de grupos. Além disso, empregaram-se as noções de *Lugar de Memória*, cunhada por Pierre Nora, para respaldar a distinção que há entre o instituto da memória, que trabalha com os detalhes (em especial aqueles expressados narrativamente) e o campo de atuação da história (preocupada com o registro, organização e catalogação científica das informações de eventos emblemáticos). Os resultados dessa pesquisa esboçaram, portanto, como a memória da cidade encontra-se saturada de elementos e marcadores sociais, que transmitem a identidade, a vida e o processo de reconhecimento de seus residentes. Além disso, discerniu-se que, os lugares onde a memória se torna arraigada, acaba por se transformar em espaços notadamente mais consistentes em valoração afetiva, se comparados com os demais ambientes.

Palavras-chave: Territorialidade, Cultura urbana, Patrimônio material.

¹ Doutorando do Curso de Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, thiago_uesb@yahoo.com.br;

² Doutoranda do Curso de Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, ndiasampaia@yahoo.com.br;

³ Prof^a DSC. do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, lucianauesb@yahoo.com.br;

⁴ Prof^o DSC. do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, eltonquadros@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Para contextualizar as pretensões que se intenta abordar nesta pesquisa, registra-se, *a priori*, um fragmento de texto extraído da obra *A Busca do Tempo Perdido*, de autoria de Proust, que se dedicou na publicação do último volume desse conjunto, a dialogar sobre o *Tempo Redescoberto*. Neste ponto, o autor explica como procedeu a reconstrução de suas experiências passadas, por intermédio dos estímulos físicos que lhe trouxe o despertar de sentimentos decorrentes do seu contato com alguns elementos materiais, como, por exemplo, a desnivelada pavimentação da cidade.

O personagem, que também é o narrado dos episódios, é acometido por um estado de regozijo ao caminhar sobre o calçamento assimétrico do batistério de São Marcos, situado em Veneza, que lhe reporta a lembrança do Pátio dos Guermantes, território que protagoniza o conto. Assim, por meio da sensibilidade tátil, de um barulho, de um aroma,

“[...] logo se libera a essência permanente das coisas, ordinariamente escondida, e nosso verdadeiro eu, que parecia morto, por vezes havia muito, desperta, anima-se ao receber o celeste alimento que lhe trazem. Um minuto livre da ordem do tempo recriou em nós, para o podermos sentir, o homem livre da ordem do tempo.” (PROUST, 2013, p.91)

Esta investigação objetiva averiguar o caráter mnemônico da conjectura urbana, na tentativa de identificar como esta dimensão se articula na esfera socioespacial. A exemplo da situação evidenciada acima, que reproduz a vivência testemunhada pelo personagem criado por Proust, e que reconstitui o tempo vivido, com base no que fora relatado anteriormente, perseguiu-se a compreensão de como as recordações se fundamentam “nas pedras da cidade” (HALBWACHS, 2004 [1950]).

Assim, aspirou-se elucidar durante a abordagem dialógica que se consolidou em toda extensão do corpo desse trabalho, algumas problematizações que emergem diante do interesse em se estudar a conjectura urbana, sob a ótica da memória, quais sejam: quais seriam a função, a influência e os impactos exercidos pela cidade, no que tange a memória dos indivíduos e das coletividades; De que forma a materialidade das estruturas construídas podem conferir suporte à memória; Pode-se, porventura, examinar a memória da cidade como sendo equivalente às memórias que os sujeitos e os conjuntos sociais acumulam sobre esta? E, por fim, indaga-se sobre a existência de alguma relação entre as modulações do ambiente urbano e as memórias sociais.

O escopo desta análise consiste, portanto, em perscrutar a cidade como objeto de pesquisa e enquanto uma organização fenomenológica, que agrega um sistema de relações e práticas, além de se consubstanciar como um lugar que acomoda em si materialidades que, para além do seu valor estético, são patrimônios revestidos de simbologias e semânticas socialmente convencionadas.

Decidiu-se debruçar sobre as questões do ambiente citadino, pela via da memória, tendo em vista que, *conhecer os arquivos que as pessoas constroem dos espaços urbanos existentes em suas realidades de vida, possibilita conhecer de que maneira esta cidade existe, simbolicamente* (DUARTE, UGLIONE, 2011, 91p.).

As concepções conceituais que orbitam em torno da temática memória foram construídas tendo por substratos teóricos os autores Maurice Halbwachs (2004) e Pierre Nora (1997). Àquele se esforçou prioritariamente em atestar como a memória está permanentemente atrelada a uma memória coletiva e inserida dentro dos quadros sociais, haja vista que o instituto da memória é, absolutamente, uma categoria social.

O espaço urbano é um âmbito onde são encadeadas constantes modificações. Esquadrinhar as suas facetas sob o prisma da memória é uma alternativa salutar para delinear o perfil identitário dos seus variados espaços, possibilitando, desse modo, a reconstituição de sua história e do processo de reconhecimento pelos indivíduos e pela coletividade. Afinal, refletir o urbano pela mediação da memória é, igualmente, uma forma de extrapolar os limites da história oficial, permitindo que as experiências, as vivências, os sentimentos de seus moradores efervesçam diante das suas narrativas.

2 METODOLOGIA

Selecionou-se a cidade como objeto específico de análise desse estudo científico, por comportar uma dinâmica de interações, valores, simbologias e relações de interesses e poder em disputa, que a amoldam e a reconfigura, de acordo as demandas, experiências e prioridades das massas sociais que a habitam.

Foram realizadas investigações estritamente teóricas, que conjugassem o repertório de conhecimento atinente às memórias coletivas, ao espaço urbano e aos lugares de memória.

Para o cumprimento desse propósito utilizaram-se as definições transmitidas por Maurice Halbwachs, sociólogo francês que aborda os quadros sociais da memória (inspirado em sua herança Durkheimiana), e a constituição desta pelos grupos sociais, que são pautados

pelas convenções socialmente erigidas, e que regem o seu protagonismo no contexto em questão.

Com supedâneo na referência supracitada e no seu repertório de abordagem, demonstrou-se como a memória se articula e impacta o contexto urbano, traçando notória diferença entre o que seja o instituto da Memória (vinculado mais aos detalhes de fonte narrativa, por exemplo) e a História (de caráter mais cientificista, e que se atém especificamente a conservação da história oficial de eventos emblemáticos).

Introduziu-se nesse diálogo Pierre Nora, que problematiza a noção de *Lugar de Memória*, e a forma como as coletividades se mobilizam para instituir esses lugares. Além disso, atentou-se e para o exame dos fatores que estão imbrincados para constituição e ritualização desses espaços, imprescindíveis para a salvaguarda mnemônica, representada pelos patrimônios material e imaterial.

Por último, elegeram-se dois marcadores como fundamentos sistematizadores da memória, a saber: a espacialidade e a materialidade, cujas definições serão recorrentes e pormenorizadas durante todo o corpo do texto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Refletindo sobre o Lugar de Memória e a Distinção entre as Categorias da História e da Memória em Halbwachs e Nora

Em suas reflexões a respeito de memória coletiva, Halbwachs (2004a [1950], 2004b [1925]) explicita que as *pedras sobre pedras* que esculpíram, no transcurso histórico da humanidade, seus espaços edificados são, na realidade, as molduras da memória. É na materialidade dos ambientes e, precisamente por ela, que a memória se ancora como base de sustentação.

A memória favorece e tonifica o sentimento de adesão dos sujeitos a uma coletividade, enrijece a conexão social, forma uma sociedade dotada de interesses comuns, e designam quais são os fatores congêneres de um conjunto social e, também, as particularidades que o distingue dos demais.

As impressões concernentes ao passado são compostas por experiências acumuladas ao longo da existência do indivíduo, das interpretações que se dá aos fenômenos, por meio das integrações com os eventos e as materialidades. Halbwachs (2004b [1925]) utiliza-se da

memória fenomênica para contestar a história, pois para o autor àquela interliga o indivíduo às coisas, e o auxilia na formação de vínculos de pertencimento aos espaços, arraigando cada sujeito ao seu agrupamento social.

Sobre essa discussão, Nora (1997) pontua que, “*os lugares de memória são aqueles nos quais a memória trabalha*” (18p.), provendo o indivíduo de diferenciados quadros de referência, com fundamento nos quais a instância individual se correlaciona com a coletiva. Esses quadros de referência, que são oriundos de outros períodos, de outras conjecturas e vivências, “*frequentemente integram-se em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem*” (21 p.).

Nora (1997) forjou a expressão Lugar de Memória, ao atentar-se para o apagar das memórias, em decorrência do processo de intensificado aceleração, observado no campo da história, ocasionado pelos fenômenos da globalização, uniformização e imersão midiática das massas. Desta realidade, a autora extrai a seguinte inferência:

A emergência do estudo dos Lugares de Memória se situa em dois movimentos: de um lado um movimento puramente historiográfico, o momento de um retorno reflexivo sobre si mesmo, e de outro, um movimento propriamente histórico, o fim da tradição de memória (NORA, 1997, p. 28).

A sociedade seleciona os espaços nos quais se solidificam e se abrigam as memórias que se dissipam, em virtude do enfraquecimento do poder de manutenção das memórias que apregoam valores, como, por exemplo, aqueles instituídos pela família, Estado, religião e escola. É no âmago de uma desritualização do mundo que surgem os *lugares de memória*.

Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, monumentos, santuários, associações, são os testemunhos brutos de uma época, ilusões de eternidade. De onde o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São rituais de uma sociedade sem rituais... diferenciações de acontecimentos numa sociedade que nivela por princípio...signos de reconhecimento e pertencimento de grupo numa sociedade que tende a não reconhecer senão indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1997, 29p.)

Lugar de memória compreende, portanto, aquilo que remanesceu da memória, pois, segundo tal autor, existem *Lugares de Memória porque não há mais meios para a memória... se ainda habitássemos nossa memória, não haveria necessidade de consagrar os lugares* (p. 23).

Frisa-se, outrossim, que, em Halbwachs (2004b [1925]), a memória equivale a uma percepção subjetiva, formada pelas diversificadas cooperações dos indivíduos participantes dos fatos sociais, e que se concretizam em nível de grupo. Para este pensador, a memória se arrima no passado vivido, sendo, assim, uma narrativa viva e natural. Mais que isso, corresponde a *uma corrente de pensamento contínuo que nada tem de artificial, ela é um quadro de analogias* (84p.).

Por fim, Halbwachs condescende com o pensamento de Nora, quando, de igual modo, demarca diferença entre os institutos da memória e da história. Para ele, esta retrata uma narrativa que constrói limites, que opera restrições e fragmentações entre fases, ocorrências e espaços. A história, por seu turno, relata às súmulas dos vultosos episódios históricos (na existência de um coletivo, de um indivíduo, de uma nação), enquanto que a memória dá conta dos pormenores.

3.2 Memória Coletiva em Halbwachs e o seu Contributo para o Entendimento das Memórias Urbanas

O sociólogo francês, Maurice Halbwachs, empenhou-se em compilar um legado teórico profícuo na compreensão das múltiplas conformações sociais da memória. Na sua abordagem científica que tratou sobre a temática memória coletiva, o autor evidenciou a indissociável relação existente entre as dimensões do tempo e do espaço na composição da memória. Na sua concepção, a consolidação do fenômeno do tempo da memória se efetiva através da cooperação da via espacial. Todavia, no caso pontual da memória coletiva, esse último fator não ocorre de modo similar ao da memória individual.

Apesar de a memória apresentar, também, uma personalidade individual, deve-se salientar que grande fração de seus marcadores está imersa no perfil social, e são estes referenciais que possibilitam a obtenção de uma gama de modalidades características de memória, tais como a coletiva, a compartilhada e a intersubjetiva.

Salienta-se, contudo, que esta memória não retrata simplesmente uma aglutinação de memórias subjetivas. Halbwachs elucida que, a memória coletiva abarca em si as de natureza individual, porém há distinção com relação a esta, não devendo, pois, serem confundidas uma com a outra. É pertinente delinear, ainda, que, a memória coletiva se desenvolve em conformidade com seus regulamentos específicos. Em detrimento disto, *"se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam*

recolocadas num conjunto que não é mais [aquele da] consciência pessoal" (HALBWACHS, 2004a [1950], 53-54p.).

Incessantemente, Halbwachs realça os diversos atributos da memória, tais como os traços de cunho social, de âmbito familiar, e de composição grupal. Para tal pensador, a faculdade da lembrança não é definida pela filiação de um indivíduo a um dado lugar, mas pelo aliar-se ao agrupamento social, que constitui este mesmo ambiente. Esse quadro traduz o entendimento de um lugar em que se estabeleceu residência, que se exerceu labor, que retrata as vivências das pessoas.

Ainda, em apreciação aos argumentos de Halbwachs (2004a [1950]), tem-se que a memória coletiva consiste numa espécie de pensamento contínuo, que conserva do tempo passado, apenas, o que, no momento presente, permanece latente ou passível de existir com vivacidade na consciência de uma comunidade. Deste modo, o estado presente não contrapõe ao ciclo passado, o que não implica afirmar que todos os episódios protagonizados nesse tempo sejam mantidos. De fato, a memória disseminada supera, perpetuamente, as fronteiras do presente, mas é incapaz de imergir ilimitadamente nas profundidades do passado. Em virtude dessa limitação, a mesma se amplifica até as possíveis extensões.

A memória coletiva manifesta, outrossim, outra característica que lhe é inerente, ou seja, possui a capacidade de estar sempre sujeita à sofrer mutações. Partindo desse pressuposto, Halbwachs (2004a [1950]) conclui que não é de malgrado, aversão ou apatia, que a memória coletiva acaba por olvidar uma medida tão extensa de ocorrências e de ilustrações antigas, mas este fenômeno acontece, exatamente, em razão da dissipação dos grupos que as condicionavam.

O processo de rearranjo é uma constância na memória coletiva, visto estar frequentemente sendo submetida às remodelações. Pode suceder de um período não mais fazer parte do conjunto de interesses da fase posterior, e, isto, não significa que o grupo não mais se lembra de uma parcela dos eventos do passado. O que, de fato, decorre, é que o grupo teve a sua configuração alterada. Quando isso sobrevém, caso não se tencione permitir o esvaecimento de uma recordação, que não mais se sustém, por conta própria, na consciência do grupo, torna-se normal, nessa situação, que esta recordação seja perpetuada, marcada, convertendo-se, por conseguinte, numa memória histórica.

As convicções teóricas transmitidas por Halbwachs são elementares para endossar os estudos referentes à memória dos espaços urbanos, pois, a princípio, reivindicam a necessidade de uma ancoragem concreta das memórias compartilhadas. Com fulcro nessa

realidade, o autor assevera que não existe, em hipótese alguma, memória coletiva que não se processe numa conjectura espacial (HALBWACHS, 2004a [1950]).

Além disso, é oportuno dizer que os conhecimentos difundidos por este intelectual designam a articulação das memórias coletivas, que, constantemente, estão se metamorfoseando, e, também, direcionam atenção para os estágios de descontinuidades, ou seja, àqueles momentos de “ruptura da tradição”, que, ocasionalmente, podem ser de uma proporção aparentemente insignificante, mas que possuem o potencial de reorientar inteiramente o quadro social das memórias de um grupo.

Para Halbwachs, o poder de eficácia da transcrição documental em imortalizar as memórias coletivas é bem maior se comparada com os modelos materiais registrados na fisionomia da paisagem. Esses elementos materiais se colocam como guardiões da memória das cidades, ao efetuar a alteração da formatação da memória coletiva para a categoria de memória histórica. São, ainda, responsáveis por propiciar a descrição circunstanciada de tempos remotos, isto é, de um passado que, ainda, resiste no panorama coetâneo.

É nas entidades que tem como finalidade a preservação da memória, onde são mantidos os documentos nos quais estão impressos as memórias urbanas. O acervo de que se dispõe, até então, já é altamente numeroso, e a expectativa é de que este volume se estenda.

Pierre Nora identifica nas sociedades hodiernas um anseio obstinado pela sua compreensão histórica, motivo pelo qual se instalou, desde há algum tempo, uma obsessão arquivística, cuja realidade veio acompanhada de novos desafios que tem provocado os historiadores. De acordo com este autor,

À medida mesmo em que desaparece a memória tradicional, nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais proliferante devesse tornar-se não se sabe que prova em não se sabe que tribunal da história. O sagrado investiu-se no vestígio que é a sua negação. Impossível prever o que será necessário lembrar-se. Daí a inibição em destruir, a constituição de tudo em arquivos, a dilatação indiferenciada do campo do memorável, o inchamento hipertrófico da função de memória, ligado ao próprio sentimento de sua perda, e o reforço correlativo de todas as instituições de memória" (NORA, 1997, 16p.).

Apesar desses dilemas, o crucial é que se tenha em vista que, a reconstituição das memórias urbanas não pode se restringir ao resgate das materialidades legadas de outras épocas. Deve-se, portanto, ser capaz de trabalhar aquilo que não deixou indícios na paisagem, mas que, ainda, pode ser reavido nos institutos da memória.

3.3 Explorando o Espaço Urbano como Lugar de Memória

Convenciona-se tratar, neste trabalho, a cidade como um organismo social, que possui o condão de aderir múltiplos grupos entre si com características polivalentes, quer sejam estes familiares, religiosos, transacionais, acadêmicos e afins. Essa qualidade legitima o atributo da resistência, que impede o desaparecimento de suas ações mnemônicas no transcurso do tempo, e, também, lhes conferem sustentação no espaço.

Cabe destacar que, este lugar não retrata em sua fisionomia um quadro uniforme de vivências sociais. Em virtude disso, acredita-se que, para problematizar a definição do termo memórias urbanas, não seria conveniente eleger a população como categoria de investigação.

A dinâmica de formalização de relações sociais num determinado ambiente é o fator preponderante na constituição de uma memória grupal relacionada a algum espaço. Entretanto, essas interações podem ser regidas por dispositivos de poder (dominação), dissidências, e, até mesmo, de afinidades.

Como corolário da realidade esboçada, pode-se afirmar que, uma gama de memórias coletivas é produzida a partir da vivência na esfera urbana, e estas podem, inclusive, apresentar elevada discrepância entre si, tendo por eixo conciliador entre elas a aderência à cidade em que, comumente, habitam.

A todo instante, sobejas memórias coletivas convivem, simultaneamente, no universo urbano. Quando se tornam imortalizadas pela sua transformação em formatos duradouros de registro, essas memórias da cidade não sofrem o dano da perda de sua natureza particular, sua associação ao coletivo que as gerou.

É importante destacar que muitas das memórias coletivas da cidade não foram agrupadas e nem gravadas, sendo que, significativos fragmentos que abarcavam as minúcias de outras versões do passado, e que não foram explorados, devido a estas questões, sucumbiram ao tempo, ficando, pois, ocultados.

Frente a essa verdade, salienta-se que, os resquícios de outros períodos, que remanescem na paisagem ou nas entidades que tratam da memória, são somente diminutas parcelas das memórias coletivas elaboradas pela malha social urbana. Esses vestígios comportam em si informações de suma relevância, pois estão impregnadas de mecanismos de poder.

Le Goff (1990) revela que as camadas sociais abastadas não somente arquitetaram obras mais resistentes, mas também instituíram os estabelecimentos de conservação da memória relacionada ao patrimônio material, com a finalidade de acondicionar os objetos que carregavam um valor simbólico para o público seletivo que as engendrou.

Em função disso, as compilações documentais que estão arquivadas nessas organizações, e que sempre servem como instrumentos certificadores das memórias cidadinas, também, conotam as estruturas de poder. Em consonância com o expressado, Foucault (2009) declara que os documentos não são elementos materiais, e que estes exprimem também a influência do seguimento social quanto à memória e ao porvir.

É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) que apresenta sempre e em toda a parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas. O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, memória; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa (FOUCAULT, 2009, p. 7-8).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fito desta investigação consistiu em estudar a cidade, vislumbrada como uma estrutura que encerra um complexo de memórias e processos de subjetividades, validadas pelos sistemas sociais coletivos, pelos patrimônios materiais e imateriais, pelo conjunto de símbolos atribuídos às materialidades, e pelo estabelecimento de afetos, identidades e reconhecimentos vinculados aos lugares onde está entranhado o instituto da memória, sendo apreciadas, prioritariamente, as interligações que há entre o ambiente urbano e as recordações dos sujeitos.

Empreender uma abordagem do conteúdo mnemônico urbano redundava em contribuições significativas para a assimilação das semânticas que se concentram neste espaço onde se desenvolvem as vivências em grupo. Ao condicionar que as experiências passadas e que os sentimentos dos cidadãos sejam evocados, há um avanço extraordinário na compilação das memórias da cidade, a ponto de estas superarem os registros da história oficial.

Com fulcro nos ensinamentos de Halbwachs (2004b [1925]), procurou-se demonstrar, portanto, a extremada utilidade da memória como um instrumento profícuo na compreensão da articulação entre os indivíduos e as coletividades, dentro dos seus contextos de convivência. Conseqüentemente, o processo de instituição do espaço e da memória ocorre indissociavelmente, de forma que a materialidade daquele cristaliza a imaterialidade desta.

Halbwachs categoriza o espaço como sendo “uma realidade que dura”. Assim, esse elemento funciona como um condicionante da materialização da memória, que, por sua vez, é a responsável pela conservação do grupo. Cada agrupamento social intervém no território, esculpindo-o ao seu estilo, com o escopo de estabelecer um quadro regular, no qual tenham condições de estabilizar e encontrar novamente suas recordações.

Notou-se, ainda, que a memória não é uma mera reprodução de um passado que ficou armazenado nos compartimentos mentais, mas representa, pelo contrário, algo que é elaborado através das apropriações cumulativas que se tem no tempo presente. Ocorre, também, que esta memória é passível de transformação à medida que a cidade progride.

[...] a cidade do passado é sempre pensada através do presente, que se renova continuamente no tempo do agora, seja através da memória / evocação, individual ou coletiva, seja através da narrativa histórica pela qual cada geração reconstrói aquele passado e o sistematiza em uma narrativa (PESAVENTO, 2007, 16p.).

Devido ao fato de a cidade referenciada no tempo passado não ser a cidade que se vislumbra no hoje, tendo em vista que o ambiente urbano está sujeito a um processo intermitente de modificações, que visam contemplar as demandas daqueles que estabeleceram residência no seu território, é que se torna substancial que a narrativa da cidade se desenvolva pautada na interlocução dialética, que aprecie com maior abrangência as múltiplas facetas do urbano.

Observou-se, inclusive, a influência que há entre as dimensões da espacialidade e materialidade dos objetos, que atuam de forma conjugada na constituição da memória. Em razão disso, fica patente a veracidade que há na afirmação de que o ambiente físico não é o único suporte para as lembranças.

De fato, constatou-se, por intermédio das construções teóricas de Halbwachs (2004a [1950], 2004b [1925]), que os fatores de materialidade e estabilidade espacial funcionam como arrimo para a memória e promovem nos sujeitos e nos agrupamentos sociais um sentimento de continuidade.

A memória, enquanto sistematizadora das personalidades individuais e coletivas, não deve ser erroneamente equiparada com a instituição de locais de memória comemorativos, conforme pontuado por Nora, a saber: *os lugares de memória não são aqueles dos quais nos lembramos, mas lá onde a memória trabalha* (NORA, 1997, 18p.). Visto por esse ângulo, pode-se afirmar que, não são os espaços emblemáticos, como as localidades que foram palco de eventos oficiais da história, ou os territórios que acomodam patrimônios monumentais, que detém a força motriz para estimular o trabalho da memória.

Baseado na explanação de Pierre Nora, a respeito de *Lugar de Memória*, percebeu-se, que, para a validação desse conceito, devem coexistir as funções material (pelo motivo de existirem enquanto físicos e concretos), funcional (por servir de esteio para a memória coletiva) e simbólica (propiciam sentido às memórias coletivas), de forma que [...] *os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, [...] se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los [...]* (NORA, 1997, 13p.).

5 REFERÊNCIAS

- DUARTE, C.; UGLIONE, P. Arquivos Urbanos: Memória e História na Cidade. **Quaderns de Psicologia**, vol.13, n.1, 2011, 91-101p.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004a.
- HALBWACHS, M. **Los marcos sociales de la memoria**, Barcelona: Anthropos Editorial. 2004b.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1997.
- PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.
- PROUST, M. **O Tempo redescoberto**. Tradução Lúcia Miguel Pereira. São Paulo: Globo, 2013.